



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008150-16.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Fornecimento de Medicamentos**
 Requerente: **Alexandre Barbosa Amaral**
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Justiça Gratuita

CONCLUSÃO

Em 04 de fevereiro de 2015, faço conclusos estes autos à MM. Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, **Dra. GABRIELA MÜLLER CARIOBA ATTANASIO**. Eu, Mirian Cury, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de **Ação de Obrigação de Fazer, com pedido de Antecipação dos Efeitos da Tutela**, proposta por **ALEXANDRE BARBOSA AMARAL**, assistido pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, contra o **ESTADO DE SÃO PAULO**, sob o fundamento de que padece de Retinopatia Diabética Grave, razão pela qual lhe foram prescritas três aplicações intravítreas do medicamento Ranibizumabe 0,23 ml/0,23 mg (Lucentis ®), em cada olho, visando estancar o eminente agravo de seu quadro e prevenir a perda da visão. Ressalta que se sua doença não for tratada em curto espaço de tempo, poderá evoluir para cegueira irreversível. Discorre sobre os deveres do Estado e requer a antecipação dos efeitos da tutela, bem como a total procedência da presente demanda com a condenação do ente estadual ao fornecimento do medicamento necessário para tratamento de sua patologia, mormente o Lucentis (Ramibizumabe) 0,23ml/0,23 mg, pelo tempo que for preceituado pelo médico, confirmando-se a tutela antecipadamente concedida. Com a inicial vieram os documentos de fls. 09/17.

Pela decisão de fls. 18/19 foram antecipados os efeitos da tutela para determinar à Fazenda Pública do Estado de Paulo, que adotasse as providências necessárias para aquisição e fornecimento ao autor, da medicação necessária, conforme prescrição juntada à inicial, sob pena de sequestro de verba pública suficiente para a realização de todo o tratamento.

O requerido foi citado (fls. 29) e apresentou contestação às fls. 33/40, alegando em síntese, que o medicamento pleiteado pelo autor não é padronizado pelo SUS, sendo que o Poder Público oferece medicação alternativa de igual eficácia terapêutica, razão pela não se pode



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

determinar o seu fornecimento por marca comercial específica, mas sim pelo princípio ativo. Afirma que o paciente não tem o direito de escolher o tratamento ao qual eventualmente será submetido. Alega questões orçamentária visando inviabilizar o fornecimento da medicação pretendida pelo autor, bem como questões de direito acerca da natureza jurídica da norma que garante ao cidadão o acesso à saúde, nos termos dos arts. 6º e 196 da Constituição Federal.

Réplica pelo autor às fls. 45/49.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

Cabível o julgamento antecipado da lide a teor do disposto no art. 330, I, do CPC. A questão de mérito é unicamente de direito, derivando de comando constitucional. O feito encontra-se devidamente instruído.

O pedido merece acolhimento.

Cabe aos Entes Públicos, União, Estados, Distrito Federal e Municípios terem em seus orçamentos verbas destinadas ao gasto com medicamentos e acessórios necessários à saúde da população, cujos preços extrapolam as possibilidades econômicas dos desprovidos de rendimentos suficientes, como é o caso do autor, pelo que se observa do documento juntado às fls. 08.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e a dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional.

Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito, seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito – como o direito à saúde – se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir, do Estado, a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.

Além disso, o autor demonstrou, como já visto, que não possui condições financeiras para arcar com o custo do tratamento (fls. 08), cuja necessidade, com o fornecimento do produto prescrito, também foi comprovada por médico conveniado à rede pública de saúde (fls. 14/15), além do profissional que anteriormente o atendia (fls. 10/13), conhecedor de suas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

peculiaridades.

Ante o exposto julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido, tornando definitiva a tutela antecipada, para fornecimento contínuo e por tempo indeterminado do medicamento indicado na inicial – Lucentis (Ramibizumabe 0,23 ml/0,23 mg), devendo o autor apresentar relatório médico a cada seis meses, a fim de comprovar a necessidade de manutenção da medicação prescrita, bem como as receitas solicitadas para a sua aquisição.

Não há condenação em honorários com relação ao Estado de São Paulo, pelo fato de a autora ser assistida pela Defensoria Pública, já tendo o Superior Tribunal de Justiça firmado entendimento no sentido de que a Defensoria Pública é órgão do Estado, não percebendo honorários de sucumbência, quando patrocina a parte vencedora, sendo condenada a Fazenda Pública, entendimento este consolidado através da Súmula 421: “Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença”.

P. R. I.

São Carlos, 04 de fevereiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**